

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO À 3. ^a EDIÇÃO	5
APRESENTAÇÃO À 2. ^a EDIÇÃO	7

TÍTULO I

NOÇÕES INTRODUTÓRIAS

1. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES	15
1.1 Colocação do tema.....	15
1.2 Desenvolvimento.....	18
2. EVOLUÇÃO HISTÓRICA	20
2.1 Antiguidade	20
2.2 Direito romano	23
2.3 Idade Média	27
2.4 Idade Moderna.....	28
2.5 Direito brasileiro.....	31
2.5.1 Fase pré-codificada	31
2.5.2 Código Civil de 1916	32
2.5.3 Legislação menorista	34
2.5.4 Código Civil de 2002	35
2.5.5 O Estatuto da Criança e do Adolescente e sua alteração pela Lei 12.010/2009.....	38
3. BREVE VISÃO DO DIREITO ESTRANGEIRO	43
3.1 Advertência prévia.....	43
3.2 Direito francês	44
3.3 Direito português.....	47
3.4 Direito italiano.....	48
3.5 Direito espanhol	50
3.6 Direito argentino.....	52
3.7 Direito chileno	54

3.8	Direito inglês	56
3.9	Direito norte-americano	57

TÍTULO II

ESTRUTURA DO REGIME JURÍDICO DA ADOÇÃO

1.	CONCEITO, NATUREZA E REGIME JURÍDICO DA ADOÇÃO	61
1.1	Conceito de adoção	61
1.2	Natureza jurídica	65
1.3	Regime jurídico	68
2.	REQUISITOS PESSOAIS	70
2.1	Introdução	70
2.2	Requisitos quanto ao adotante	71
2.2.1	Capacidade	71
2.2.2	Idade	72
2.2.3	Diferença de idade	75
2.2.4	Proibições	77
2.2.5	Pessoas jurídicas	82
2.2.6	Restrições temporárias	83
2.3	Requisitos quanto ao adotado	85
2.3.1	Capacidade	85
2.3.2	Idade	90
2.3.3	Diferença de idade e proibições	91
2.4	Adoção singular e conjunta	91
2.4.1	Ideias gerais	91
2.4.2	Adoção singular	93
2.4.3	Adoção conjunta	97
2.4.4	Adoção póstuma	100
2.4.5	Adoção por casais homoafetivos	102
2.4.6	Adoção <i>intuitu personae</i>	113
2.4.7	Adoção “à brasileira”	115
2.4.8	Adoção tardia	118
3.	REQUISITOS FORMAIS	120
3.1	Noções gerais	120
3.2	Cadastramento	122

3.2.1	Nacionais e estrangeiros residentes e domiciliados no País	122
3.2.1.1	Procedimento de habilitação	127
3.2.2	Estrangeiros residentes ou domiciliados fora do País	128
3.2.2.1	Breve retrospectiva	128
3.2.2.2	Notas à adoção internacional	129
3.2.2.3	Restrições aos estrangeiros residentes ou domiciliados fora do País	131
3.2.2.4	Procedimento de habilitação	142
3.3	Hipóteses de dispensa prévia de habilitação	147
3.4	Intervenção jurisdicional	148
3.4.1	Prévia consideração	148
3.4.2	O procedimento adotivo	149
3.4.2.1	O pedido de adoção	149
3.4.2.2	Sobre o consentimento dos pais ou do representante legal do adotando	151
3.4.2.3	Sobre o consentimento do adotando	155
3.4.2.4	Estágio de convivência	156
3.4.2.5	Das crianças e adolescentes indígenas ou provenientes de comunidade remanescente de quilombo	158
3.4.2.6	O Ministério Público	158
3.4.2.7	Forma de constituição do vínculo adotivo	160
3.4.2.8	Recursos	165
3.5	Perfil dos pretendentes e das crianças e adolescentes integrantes do Cadastro no Estado de São Paulo	166
3.6	Perfil dos pretendentes e das crianças e adolescentes integrantes do Cadastro Nacional de Adoção	170

TÍTULO III EFEITOS DA ADOÇÃO

1.	EFEITOS PESSOAIS	175
1.1	A ruptura dos vínculos jurídicos entre o adotado e a sua família original	175
1.2	Poder familiar	181

12 | ADOÇÃO

1.2.1	O procedimento de decretação da perda e suspensão do poder familiar	189
1.3	O nome do adotado.....	191
1.4	Impedimentos matrimoniais.....	196
1.5	Aquisição da nacionalidade	200
2.	EFEITOS PATRIMONIAIS.....	205
2.1	Direito a alimentos.....	205
2.2	Direitos sucessórios	209
2.3	Administração dos bens do adotado	211
2.4	Responsabilidade civil	214

TÍTULO IV**INEFICÁCIA E CESSAÇÃO DA RELAÇÃO ADOTIVA**

1.	NOÇÕES GERAIS	219
1.1	Os princípios da irrevogabilidade e da irretroatividade.....	219
2.	VÍCIOS NA FORMAÇÃO DO VÍNCULO DA ADOÇÃO	225
2.1	Existência	225
2.2	Anulação.....	227
2.3	Efeitos.....	229

REFLEXÕES FINAIS	231
------------------------	-----

BIBLIOGRAFIA	237
--------------------	-----

ANEXOS

I – Quadros Comparativos – Estatuto da Criança e do Adolescente, Código Civil de 2002 e Lei de Investigação de Paternidade face à Lei 12.010/2009 – Lei Nacional da Adoção.....	251
II – As Comissões Estaduais de Adoção	290
III – Organismos Internacionais Credenciados	296
OUTRAS OBRAS DO AUTOR.....	303